

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS A DISTÂNCIA

ANTONIA ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA

O OLHAR DA BNCC SOBRE A ORALIDADE

JOÃO PESSOA, PB

2022

ANTONIA ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA

O OLHAR DA BNCC SOBRE A ORALIDADE

Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras a Distância.

Orientador: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros

JOÃO PESSOA, PB

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

O48o Oliveira, Antonia Alves dos Santos.

O olhar da BNCC sobre a oralidade / Antonia Alves dos Santos Oliveira. – 2022.

22 f.

TCC (Graduação – Licenciatura em Letras)
IFPB – Instituto Federal da Paraíba

Orientador: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros.

1. Oralidade no ensino. 2. Base Nacional Comum Curricular. 3. Ensino da língua portuguesa. I. Título.

CDU 808.5:37

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTONIA ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA

O OLHAR DA A BNCC SOBRE A ORALIDADE

Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras a Distância.

Orientador: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros

Aprovado em 08 de Julho de 2022.

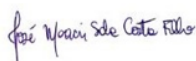
BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros



Examinadora: Profa. M^c. Cynthia Israelly Barbalho Dionísio – IFPB



Examinador: Prof. Dr. José Moacir Soares da Costa Filho – IFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por me guiar para trilhar este novo caminho, estar comigo em todos momentos, me ofertando sabedoria, discernimento e perseverança ao longo do percurso da graduação.

Não posso deixar de agradecer a esta instituição por ser fundamental na construção desse processo de aprendizagem e aprofundamento nesta área rica e complexa que é a língua portuguesa.

Com isso, agradeço aos docentes do curso de Letras do IFPB, pela sabedoria, conhecimento, e todo incentivo no decorrer desse período, com agradecimento, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Neilson Medeiros, pelo qual tenho grande estima, e que sempre me acompanhou durante os períodos do curso, não sendo diferente neste momento de conclusão do curso, se fazendo sempre acessível para a concretização deste projeto.

Por fim, agradeço aos meus filhos e ao meu esposo, por estarem sempre me apoiando, incentivando e me encorajando a ser minha melhor versão.

RESUMO

A oralidade parece ter sido esquecida por um determinado período como prática de ensino no meio educacional, ocupando um lugar de coadjuvante ao longo do processo de formação estudantil. Diante deste cenário, discussões teórico-metodológicas presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trouxeram novos conceitos e métodos para o ensino da oralidade. Dessa forma, este estudo se trata de uma revisão tendo como literatura principal a Base Nacional Comum Curricular, documento publicado no ano de 2018 pelo Ministério da Educação do Brasil. A partir da análise deste documento, este trabalho realiza uma discussão teórica de acordo com a BNCC quanto à oralidade no âmbito do ensino da língua portuguesa e nos processos de aprendizagem. Esta discussão foi embasada principalmente por Marcuschi (2010) e Dolz e Schneuwly (2004). Como resultados principais foram colocados que os textos orais são postos como substrato fundamental para uma prática e desenvolvimento adequados do ensino da oralidade, no entanto, nas situações práticas esta ainda não é uma realidade inteiramente vivenciada. Conclui-se que são destacadas algumas fragilidades ainda presentes na valorização deste tema durante a prática docente, além de existir uma maior imersão de estudos no campo da escrita do que no viés da oralidade. Entretanto, a BNCC estimula um maior desenvolvimento e valorização sobre a oralidade como um pilar fundamental dos eixos de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade. Base Nacional Comum Curricular. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

Orality seems to have been forgotten for a certain period as a teaching practice in the educational environment, occupying a supporting role throughout the student training process. Given this scenario, theoretical-methodological discussions present in the National Curricular Parameters (PCN) and in the National Curricular Common Base (BNCC), brought new concepts and methods to the teaching of orality. Thus, this study is a review having as main literature the National Common Curricular Base, a document published in 2018 by the Ministry of Education of Brazil. From the analysis of this document, this work was valued for basing a theoretical discussion about what was approached in this on the topic of orality in the context of teaching the Portuguese language and in the learning processes. This discussion was based mainly on Marcuschi (2010) and Dolz and Schneuwly (2004) and the main results were that oral texts are placed as a fundamental substrate for an adequate practice and development of orality teaching, however, in practical situations this it is not yet a fully experienced reality. It is concluded that some weaknesses still present in the appreciation of this theme during teaching practice are highlighted, in addition to the fact that there is a greater immersion of studies in the field of writing than in the orality bias. However, the BNCC encourages greater development and appreciation of orality as a fundamental pillar of communication axes

KEYWORDS: Orality. Common National Curriculum Base. Portuguese language.

1 INTRODUÇÃO

A oralidade se encontra presente na vida do ser humano nas diversas situações de interações da sociedade. Para Marcuschi (2003, p.17), “sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”. O autor enfatiza que a fala apresenta papel fundamental na construção humana. Entretanto, não devemos considerar a fala como superior, uma vez que tanto a escrita como a oralidade são práticas significativas para a perpetuação da língua, compartilhando semelhanças em seu funcionamento e afetando-se mutuamente.

Quando comparada com a escrita, observa-se que a oralidade parece ter sido esquecida por um determinado período como objeto de ensino no meio educacional, ocupando um lugar de coadjuvante ao longo do processo de formação estudantil. Diante deste cenário, discussões teórico-metodológicas, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), trouxeram novos conceitos e objetivos para o ensino da oralidade, corroborando para a instrução desta a partir das práticas sociais, não mais marcadas pelas diferenças e semelhanças entre fala e escrita.

Documentos oficiais como a BNCC definem as aprendizagens necessárias para o ensino com os textos orais. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades e competências da oralidade com os discentes nas diversas etapas de ensino, tendo em vista ser um espaço no qual as aprendizagens se processam. Conforme o documento, no decorrer da Educação Básica, esses ensinamentos essenciais são definidos para assegurar aos estudantes não só o desenvolvimento de competências no âmbito pedagógico, como também o direito das aprendizagens.

Nessa perspectiva, o presente estudo se propõe a fazer uma revisão de literatura dos pressupostos de ensino da oralidade presentes na Base Nacional Comum Curricular para o ensino da oralidade (BRASIL, 2018). Com o objetivo de discutir como a BNCC concebe a oralidade para o Ensino Fundamental, no intuito de compreender a concepção de ensino da oralidade na BNCC, conhecer as possibilidades didáticas do trabalho com os textos orais, além de evidenciar como a BNCC orienta o ensino dos textos orais.

A principal motivação para o desenvolvimento deste trabalho foram algumas reflexões acerca do ensino dos textos orais em sala de aula, seus aspectos e produção, bem como sua relevância no ensino de Língua Portuguesa, ao almejar identificar quais as práticas de oralidade - como os textos orais - deverão ser perpetuadas em sala de aula, além de compreender sua importância na formação discente. Uma vez que a oralidade faz parte das relações humanas

desde os anos iniciais, sendo assim, pertinente um estudo mais aprofundado acerca do tema. E também, atentando para a importância de que por um longo período de tempo - quando comparada a escrita - a oralidade foi associada a um uso mais informal. Assim, este trabalho se apresenta dividido em seis seções as quais fundamentam a discussão teórica envolvendo esta temática.

Diante disso, foram destacados os pontos considerados mais relevantes e conectados com o tema “O olhar da BNCC sobre a oralidade”, a fim de responder e explicar essa perspectiva de forma mais direcionada, além de contribuir para evidenciar a importância de perceber esse viés da oralidade sobre a BNCC na prática profissional. A Base Nacional Comum Curricular, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a obra de Marcuschi (2010) “Da fala para a escrita: atividades de retextualização” e a obra de Dolz e Schneuwly (2004) foram as principais referências complementares utilizadas para embasar a escrita deste trabalho. Foi realizada a leitura do documento observando como este aborda a área de linguagens, em seguida foi analisado como a BNCC orienta o ensino de Língua portuguesa, como esta aborda a oralidade, quais as orientações para o ensino fundamental nos anos finais observando o quadro de práticas de linguagens, sendo enfatizada à análise de como o texto oral é concebido, às condições de produção dos textos orais, o modo como o documento ressalta a produção dos textos orais.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Sabendo da importância da oralidade para o ensino, será realizada uma breve discussão na perspectiva do ensino da oralidade, com intuito de propor com esse trabalho uma reflexão sobre como a BNCC alicerça o ensino da oralidade para os anos finais do ensino fundamental.

2.1 Um novo olhar para o ensino da oralidade

Em parte, considerável da história, a oralidade e a escrita foram compreendidas de maneira dicotômica. Isso porque os autores que defendem essa ideia se apoiaram no código linguístico escrito e desconsideraram o uso da língua oral.

No entanto, a partir da década de 1980 surgiram novos estudos que abordaram essa temática com um novo olhar para o ensino. Diferentemente de décadas anteriores em que a oralidade e a escrita foram vistas como opostas, essas relações passam – agora – a ser compreendidas no âmbito em que são produzidas, no seu uso cotidiano. Desse modo, numa concepção da língua e de texto vistos como um conjunto de práticas sociais.

Conforme nos esclarece Marcuschi (2010) em “Da fala para a escrita – atividades de retextualização”, “As línguas se fundam em seu uso e não ao contrário” (2010, p.16). Por esse viés, as regras da língua como também a morfologia não se apresenta como relevantes para o estudo, mas sim, o uso da língua como objeto primordial. Ainda segundo o mesmo autor, “Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia”. Logo, o autor deixa claro que tanto a oralidade quanto a escrita possibilitam a construção de textos coesos e coerentes.

Pode-se afirmar ainda que a relevância da oralidade se dá através das práticas de linguagem, e definir os papéis das práticas sociais que envolvem o uso da língua escrita e falada como um todo será fundamental para entender a função que a oralidade ocupa na sociedade contemporânea.

A fala como manifestação oral está presente nas relações humanas desde o princípio, de maneira que se apresenta fluida e versátil nas mais diversas situações e contextos, além de conseguir perpassar algumas desigualdades de acesso ao ensino formal. Em comparação, a aquisição da escrita é adquirida um pouco mais tarde, além de apresentar algumas barreiras sociais, econômicas e culturais ao seu acesso.

A fala - enquanto da manifestação da prática oral - é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá o seu primeiro sorriso ao bebê, logo após ao parto. Mais do que uma disposição biogenética o aprendizado é o uso de uma língua natural, uma forma de inserção cultural e de socialização. Por outro lado, a escrita - enquanto manifestação de letramento - em sua faceta institucional é adquirida em contextos formais. (MARCUSCHI, 2010, p. 18).

Faz-se notório observar que a fala está presente nas relações humanas desde o nascimento da pessoa, pois aprender a usar a língua é também uma maneira de se inserir culturalmente, de se expressar e comunicar com o mundo ao seu redor. Não obstante, a escrita é adquirida em contextos mais formais, principalmente na escola, e isso reverberou para a construção de um viés mais prestigioso culturalmente, o qual insere a escrita em um lugar menos acessível do que a fala. Entretanto, quando é comparada com a oralidade a mesma está presente em todas as práticas sociais, por mais que faça parte da vida do ser humano mais tardiamente, ou de forma desigual.

Na contemporaneidade, já não é mais possível analisar as relações da fala e escrita com foco apenas em seu código linguístico, sem considerar sua totalidade, principalmente com relação ao contexto de produção e uso que estas possuem no cotidiano, de modo a corroborar

com a concepção da língua e do texto como um conjunto de práticas sociais. Sendo assim, sua distinção nestas diversas práticas se dá entre as modalidades e o uso da língua.

Como define Marcuschi (2010, p. 25), "A oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso." Desse modo, a oralidade é desenvolvida e colocada em prática nas relações sociais do cotidiano, as quais se iniciam desde o nascimento. E a depender das situações comunicativas, sejam elas formais ou informais, o contexto determinará o tipo de linguagem a ser utilizada.

Nessa mesma obra, Marcuschi discorre sobre a escrita em conjunto com a oralidade ser usada nos diferentes contextos sociais da vida cotidiana, no trabalho, na escola, no dia a dia, na família, na vida burocrática e na vida intelectual. Contudo, para cada circunstância comunicativa, há uma finalidade tanto em relação ao uso da escrita quanto da oralidade.

2.2 O oral como objeto de ensino

A linguagem oral tem sido discutida como objeto de ensino-aprendizagem, uma vez que favorece a construção do conhecimento e a formação de um indivíduo competente para lidar em diversas situações cotidianas, assim como nas apresentações públicas. O domínio oral faz parte das interações humanas nas falas espontâneas desde muito cedo nas interações interpessoais. Desse modo, faz-se importante o desenvolvimento da linguagem oral, a qual apresenta relevância em ser objeto de ensino na escola de forma intencional e sistemática no Ensino Fundamental.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL/MEC, 1998):

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo." (PCN, 1998, p. 67)

Nesse sentido, os PCN preconizam que a escola deve trabalhar com a oralidade preparando os discentes para usarem a linguagem oral na realização de apresentações públicas, tais como entrevistas, debates, seminários, palestras, ou seja, estarem aptos a articularem esse viés da linguagem nos diferentes contextos, sejam eles acadêmicos ou não.

O ensino da língua oral bem como a sua utilização abrange um espaço ainda limitado na esfera educacional, principalmente quando se trata dos gêneros orais. A oralidade sempre está presente em sala de aula na leitura, na interpretação de textos, nas discussões, ou nos recursos didáticos e instruções metodológicas mediadas pelo docente. Um dos motivos que contribuem para o ensino pouco significativo com os textos orais em sala de aula pode estar relacionado pelo reconhecimento reduzido dentro das instituições de ensino desse viés, uma vez que o oral em sala de aula geralmente está atrelado como caminho para aprendizagem da escrita. Dolz e Schneuwly (2004) revelam alguns dados de uma pesquisa feita por De Pietro e Wirthner (1996), a qual atesta que o oral ainda continua fora do domínio dos professores, quando trabalhado em sala de aula é principalmente como um caminho para a aprendizagem da escrita. No entanto, os textos oficiais - como a própria BNCC - enfatizam a importância do ensino da oralidade.

É necessário propor o ensino oral de forma sistemática, como objeto de ensino, o oral precisa ser construído e definido nas características daquilo que é próprio do oral, quais as práticas de linguagem a serem trabalhadas em sala de aula e quais especificidades linguísticas relacionadas. De acordo com Chaer (2012), o trabalho com a oralidade assume um importante papel no processo educativo, de forma que as ações educativas tornam o processo mais eficaz ao propiciar situações dinâmicas e envolventes, por meio das quais os alunos podem explorar e desenvolver seu instrumento comunicativo e social.

Para Dolz e Schneuwly (2004), o processo de elaboração do objeto de ensino pode parecer confuso. Entretanto, de certo modo, pode ser entendido como aquilo que os professores fazem toda vez que propagam seus conhecimentos a alguém, por conseguinte foi definido um objeto de ensino de forma implícita.

No entanto, para uma produção de textos escritos e principalmente para os textos orais, torna-se muito mais difícil esse processo de construção. Assim, para o ensino dos textos orais, uma elaboração de forma consciente e reflexiva se faz necessária. Segundo Chaer (2012), o professor deverá criar situações, promover atividades apropriadas e incentivar a participação dos educandos por meio de atividades como conversas, discussões, leitura e declamação de poesia, dramatizações, uso de fantoches, leitura de histórias, entrevistas, músicas, relato de histórias, trava língua, debates, exposições orais, de forma a possibilitar que a criança se torne mais comunicativa e tenha uma interação maior com o grupo. Um ambiente rico em atividades expressivas incentivará o desenvolvimento da fala da criança.

Para Dolz e Schneuwly (2004), a construção do oral para fins didáticos como objeto de aprendizagem ao longo do ensino fundamental se torna necessário. É papel da escola ensinar as habilidades de linguagem relacionadas ao oral. Todavia, faz-se relevante definir de forma

clara quais as características do oral a ser ensinado. Nesse viés, o oral como objeto de ensino precisa ser construído e definido em sua particularidade sobre o que se pretende ser ensinado, considerando em sua elaboração um procedimento de ensino comparável aos textos escritos para que possa ser reconhecido pela instituição escolar, assim como a produção da escrita, gramática e a literatura.

Ainda de acordo com Dolz e Schneuwly (2004), o desenvolvimento da expressão oral constitui um dos grandes objetivos de ensino. É possível perceber que, quando o oral não encontra seu espaço como objeto de ensino de maneira adequada, isso pode estar relacionado com a distinção entre o oral e a escrita que, por muitas vezes, está associada a uma supervalorização da escrita em detrimento da linguagem falada. De maneira geral, o ensino do oral não requer de uma didática que desenvolva a expressão oral, sendo fundamental conhecer as práticas orais de linguagem estudadas na escola.

Os gêneros orais são definidos por (Dolz e Schneuwly, 2004):

[...] instrumentos – ou melhor, megainstrumentos, visto que podemos considerá-los como a integração de um grande conjunto de instrumentos num todo único – que fazem a mediação da atividade de linguagem comunicativa. Falta-nos ainda escolher, dentre uma enorme variedade de gêneros, aqueles que podem, e talvez mesmo devam, tornar-se objeto de ensino. Já que o papel da escola é sobretudo o de instruir, mais do que o de educar, em vez de abordarmos os gêneros da vida privada cotidiana, é preciso que nos concentremos no ensino dos gêneros da comunicação pública formal. [...] (DOLZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 174).

Partindo dessa premissa, o trabalho com os gêneros orais corresponde a uma prática de ensino muito eficaz, contudo deve-se considerar a variedade dos gêneros para fazer a escolha de forma adequada de acordo com a pretensão do ensino conforme o contexto social. A escola precisa validar o ensino com os gêneros orais e fazer com que os discentes extrapolem as produções orais cotidianas a fim de alcançar os gêneros orais formais, uma vez que esta exige do discente o domínio de competências orais em situações específicas. A forma institucional exige uma preparação antecipada do discente. O oral formal apresenta características que estão relacionadas aos gêneros, como, por exemplo, o seminário, a entrevista, o debate, entre outros gêneros que fazem parte da vida pública, assim como o espaço social de comunicação irá determinar a formalidade do gênero.

Dada a importante discussão sobre os gêneros orais, passaremos a tratar da BNCC no próximo tópico.

2.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que foi construído para definir o conjunto de aprendizagens que deverá orientar na elaboração dos currículos nacionais ao longo das etapas da Educação Básica (BRASIL, 2018). O propósito desse documento é de orientar as escolas públicas e privadas brasileiras na elaboração da proposta pedagógica. Desse modo, traz uma unidade de conteúdos, competências e objetivos de ensino que julga necessário serem ensinados nas escolas em todo o país.

A BNCC começou a ser elaborada em 2015, a partir de uma análise dos documentos curriculares. Foram realizadas consultas públicas presenciais e *on-line* a fim de possibilitar a participação da população na sua construção. Em 2017, o texto introdutório referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e oficializado pelo Ministério da Educação e Cultura. No ano de 2018, o ministro da educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio.

O documento é organizado em níveis de ensino. O primeiro nível abrange a Educação Infantil; e o segundo, o Ensino Fundamental, o qual está subdividido em anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º), além do Ensino Médio, contemplando todos os componentes curriculares. Cada nível de educação é debatido e tem seus objetivos e suas competências explanadas.

A competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Na área das Linguagens, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental, o objetivo “é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas” (BRASIL, 2018, p. 61), para que esses tenham conhecimentos das diferentes possibilidades de interação a partir de diferentes linguagens. O documento aborda a linguagem a partir das relações humanas que se concretizam através das práticas sociais mediadas pelas multiplicidades desta. Desse modo, a BNCC aponta:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (BRASIL, 2018).

O foco principal consiste em proporcionar aos discentes práticas de linguagem diversas, ao considerar que as linguagens possuem seu status próprio, sendo importante ao ser humano interações perpetuadas relacionadas às particularidades de cada uma. Na contemporaneidade as práticas de linguagem envolvem novos gêneros, textos multissemióticos e digitais, novas formas de produção, configuração, disponibilização e interação.

De acordo com Cordeiro e Lima (2019), o documento também reconhece o uso do texto como unidade central do trabalho planejado, relacionado ao seu contexto de uso e produção, sendo seu objetivo principal proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de modo a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais mediadas pela oralidade, pela escrita.

2.4 Considerações ao Ensino fundamental

Para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º), a BNCC traz a ideia de continuidade para o ensino. Nesse contexto, as práticas de linguagens devem ser ampliadas e aprofundadas para garantir aos educandos competências específicas no âmbito da linguagem. Nesta etapa de ensino, os discentes necessitam desenvolver habilidades com os diferentes gêneros digitais com o objetivo de se tornarem leitores críticos com as informações que circulam nos meios digitais, uma vez que esses já possuem uma maior criticidade para participar de atividades comunicativas diversificadas, de forma a assumir um maior compromisso nas práticas de linguagem realizadas na sociedade.

Visto isso, o ensino deve partir das práticas de linguagem já vivenciadas pelos discentes, ao buscar ampliar novas experiências com gêneros diversos, levando em consideração que estes já fazem uso dos gêneros que estão presentes na sociedade. Para essa etapa, os estudos com gêneros que circulam na esfera pública nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública devem ser aprofundados (BRASIL, 2018). Outrossim, as práticas contemporâneas que envolvem as dinâmicas das redes sociais são consideradas relevantes, sendo necessário desenvolver nos estudantes habilidades para lidar com a multissemiose dos textos e com as várias mídias.

Para BNCC, as atividades humanas ocorrem através das práticas sociais por intermédio das diferentes linguagens tais como:

Verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (BRASIL, 2018).

Conforme o presente documento, as linguagens possuem status próprio para o objeto de conhecimento escolar. Nesse viés, torna-se essencial que os discentes se apoderem das especificidades de cada linguagem. No ensino fundamental, nos anos finais os discentes deverão ampliar, diversificar e aprofundar as aprendizagens das práticas de linguagem.

O desenvolvimento da oralidade no espaço escolar é respaldado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), assim como na Base Nacional Comum Curricular (2018).

De acordo com os PCN (1997, p. 27):

As instituições sociais fazem diferentes usos da linguagem oral: um cientista, um político, um professor, um religioso, um feirante, um repórter, um radialista, enfim, todos aqueles que tomam a palavra para falar em voz alta, utilizam diferentes registros em razão das também diferentes instâncias nas quais essa prática se realiza. A própria condição de aluno exige o domínio de determinados usos da linguagem oral. Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais [...] Nesse viés, a escola deve possibilitar o ensino da linguagem oral para que o discente possa fazer uso desta nas diversas situações de linguagem existentes na sociedade. (PCN, 1997, p. 27)

Nesse sentido, os PCNs evidenciam as multiplicidades da linguagem oral e suas aplicações em diferentes contextos, desde as colocações formais até as informais, sendo papel da escola ambientar os estudantes quanto ao poder de alcance e diversidade da oralidade, além de prepará-los para o uso desses textos.

No ensino fundamental, a BNCC aborda o texto (oral, escrito, multimodal, multissemiótico) como unidade central das atividades de linguagem a serem desenvolvidas.

O texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem (BRASIL, 2018).

Para a BNCC, o texto é colocado em papel central a fim de nortear o direcionamento das aprendizagens no âmbito da Língua Portuguesa.

2.5 Concepção da oralidade segundo a BNCC

Ao longo do tempo houve uma supervalorização da produção escrita em detrimento às atividades orais pela sociedade. Sobre esse aspecto, a BNCC propõe mudanças significativas para o ensino da oralidade, uma vez que ela cumpre um papel fundamental na formação

discente. Pertencem à oralidade todas as práticas de linguagem que abrangem a oralização dos discursos, ou seja, fala e escuta.

A BNCC concebe a oralidade como as práticas de linguagem que se processam em situação oral com ou sem contato diante do outro. A oralidade está presente por exemplo - conforme o documento - nas aulas dialogadas, webconferência, mensagem gravada, *spot* de campanha, *jingle*, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, *playlist* comentada de músicas, contação de histórias, diferentes tipos de *podcasts* e vídeos. (BRASIL, 2018). Destarte, envolve a oralização de textos em situações socialmente significativas, interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação.

A BNCC preconiza o desenvolvimento das habilidades de forma contextualizada, através de textos pertencentes aos gêneros que circulam nos diversos segmentos da atividade humana. Os textos orais estão inter-relacionados com as práticas de uso e reflexão. Visto isso, o texto oral é concebido pela BNCC como objeto de ensino que precisa ser estudado em sala de aula, ratificando que a aprendizagem se desenvolve através das características discursivas, bem como de estratégias de fala e escuta que ocorrem através da interação. Os gêneros orais, dependendo do contexto cultural, utilizam recursos extralinguísticos – expressões corporais-faciais que são utilizadas para complementar o entendimento do texto (BRASIL, 2018). Compreendendo que sua composição possui características distintas, apresentam aspectos multimodais, além de regras e procedimentos próprios a depender do texto tais como trocas de turnos, utilização de equipamentos, e da apropriação de estruturas linguísticas específicas.

O documento também orienta que o ensino de gêneros orais públicos na escola, a exemplo da exposição oral, a discussão em grupo, o seminário, entrevista, debate e muitos outros. Esses gêneros devem ser ensinados em conformidade com sua estrutura, regras e procedimentos. Dessa maneira, os gêneros orais, a entrevista - por exemplo - é composta pela interação entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado, em que o entrevistador é incumbido de fazer as perguntas e o entrevistado vai responder. O seminário é um gênero oral público relativamente formal que necessita de preparação antecipada do expositor que através do tema definido vai transmitir informações, descrever ou explicar a temática abordada. O debate é outro gênero oral, uma maneira de contrapor ideias a partir de um argumento que ocorre dentro de turnos em que cada indivíduo tem seu tempo certo para falar, em que geralmente se utiliza de linguagem formal. Em vista disso, é possível perceber as

multiplicidades de interações, trocas e instrumentos fundamentais do cotidiano em que a oralidade se faz presente e contribui tanto nos aspectos informais quanto formais do indivíduo.

2.6 O ensino de língua portuguesa conforme a BNCC

Para o ensino da Língua Portuguesa, a BNCC apresenta orientações as quais possibilitam aos educandos uma ampliação dos letramentos com a finalidade de se obter uma participação mais significativa nas diversas práticas sociais. O documento conduz o ensino de Língua Portuguesa centrado no texto, na sua relação com o contexto de produção, assim como no uso da linguagem por meio da leitura, escuta e produção em diferentes mídias (BRASIL, 2018).

Nesse viés, a BNCC corrobora com outros documentos sobre as orientações para o ensino de Língua Portuguesa, tendo como foco principal para esse ensino o texto. Todavia, o documento se contextualiza na contemporaneidade, considerando as transformações das práticas de linguagem, principalmente no que concerne ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação, em que os textos também passam a ser produzidos nas plataformas digitais, sendo gêneros próprios dessas plataformas como *fanpage*, *vlogs*, *blogs*, entre outros, os quais serão desenvolvidos em conjunto aos diversos gêneros textuais.

A organização didática da BNCC contempla quatro eixos de ensino: oralidade, leitura/escuta, produção e análise linguística/semiótica. Cada um desses eixos contempla práticas de linguagem que necessitam ser exploradas na sala de aula.

Para o eixo da leitura, a BNCC aborda essa temática de forma ampla, com foco na interação do leitor com textos escritos, orais e multissemióticos. Além do texto escrito são considerados os elementos como imagens, vídeos, sons, entre outros que acompanham os gêneros digitais. Já para produção de textos, a BNCC considera novos formatos com o uso de múltiplas ferramentas digitais, como edição de texto, áudio e vídeo, e diferentes finalidades, como *vlogs*, *playlists*, *fanfics*, entre outros (BRASIL, 2018).

Conforme a BNCC, o eixo da oralidade compreende as práticas de linguagem oral relacionadas ao conhecimento e uso da fala, e também habilidade de escuta. Sugere a produção de textos orais levando em consideração as diferenças da língua falada e escrita, e as formas de estrutura do discurso oral, formal e informal, considerando as variações nas diferentes práticas de linguagem e reconhecimento dos gêneros discursivos orais, bem como suas características e organização. Assim, como também se observa na exposição oral em um seminário, por exemplo, que são práticas de linguagem, em que ocorre alternância dos turnos de fala, corroborando para o ato de quando alguém se expõe oralmente (BRASIL, 2018).

A escola se apresenta como um pilar importante nos processos de aprendizagem e desenvolvimento da linguagem, uma vez que esta também exige o conhecimento por parte dos estudantes em relação aos textos orais. Segundo Dolz e Schneuwly (2004), “eles permitem trabalhar fenômenos de textualidade oral em relação estreita com as situações de comunicação, estudar diferentes níveis da atividade de linguagem e tornar o ensino mais significativo” (DOLZ e SCHNEUWLY, 2004, p. 169). Nesse sentido, os autores postulam que o essencial não é caracterizar o oral em geral e trabalhar de modo exclusivo os aspectos de superfície da sala. A importância se dá antes de tudo em conhecer as diversas práticas orais de linguagem e as relações que estas mantêm com a escrita. Dessa forma, a escolha do texto oral se consolida a partir do que se almeja alcançar com sua utilização em sala de aula, levando em consideração a conexão que o texto faz com a escrita.

Outro ponto vislumbrado por Dolz e Schneuwly foi de que “a noção de gênero permite articular a finalidade geral de aprender a comunicar com os meios linguísticos próprios às situações que tornam a comunicação possível” (DOLZ e SCHNEUWLY., 2004, p. 148). Diante disso, é possível apreender que o conhecimento do gênero a ser trabalhado se torna um ponto no processo de articulação nos meios chave para se concretizar o desenvolvimento da oralidade. Nessa perspectiva, o trabalho com o oral em sala de aula requer a escolha dos gêneros orais como objeto de ensino proveniente de diferentes esferas discursivas formais públicas. Dessa maneira, são variados os gêneros os quais auxiliam no processo de ensino da oralidade como exemplo temos entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatização, *podcasts*, videoclipes, entre outros.

No que concerne à Análise Linguística/Semiótica, o documento se refere aos conhecimentos morfossintáticos, semânticos e ortográficos, além da necessidade de integrar os diferentes tipos de linguagem. Desse modo, o texto passa a ser analisado também com outros elementos que envolvem o uso da linguagem. Nesse cenário, para o ensino da Língua Portuguesa, o documento centraliza o ensino a partir desses quatro eixos apresentados, referindo-se ao eixo da oralidade com a mesma importância dos demais eixos. Quanto às práticas orais propostas pela BNCC, são evidenciadas as condições de produção de textos orais, a compreensão e a produção de textos orais, efeitos de sentido provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em gêneros orais diversos e a relação fala e escrita (BRASIL, 2018, p. 77).

Segundo Cordeiro e Lima (2019), a análise do documento aponta para uma possível preocupação da BNCC em determinar quais aspectos do oral requerem estudo em sala de aula, de forma que leve o estudante a perceber que a produção de gêneros orais também exige um

planejamento, uma adequação ao contexto de produção e que os textos orais possuem uma regularidade, além da variação linguística no oral, entre outros aspectos.

Diante da discussão, os gêneros orais devem considerar as diferenças entre língua falada e língua escrita, bem como suas formas específicas de composição, em situações formais ou informais, explorando também a variação linguística a partir da diversidade de práticas orais do uso da linguagem, havendo também um intercâmbio entre o texto oral e o escrito em alguns casos, fator primordial para a formação discente, e assim como os textos escritos, os textos orais também precisam ser ensinados a partir da sua estrutura, regras e procedimentos próprios a depender do gênero.

É preciso compreender que os conhecimentos sobre a língua se articulam através da prática de linguagem que está em evidência nos eixos de leitura, escrita ou oralidade. Logo, para o ensino da oralidade por meios dos gêneros, urge respeitar a maturação psicológica dos educandos, ensinando os gêneros adequados conforme o ano escolar. Sabendo-se que todo texto tem uma intencionalidade, bem como um contexto ideológico, é necessário que o discente compreenda toda produção do discurso para se transformar em um leitor crítico em sua prática cotidiana, contribuindo para a sua formação social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível observar que a BNCC concebe a oralidade como práticas de linguagens que se processam em situação oral com ou sem contato diante do outro, destaca que os textos orais possuem características distintas, apresentam aspectos multimodais, além de regras e procedimentos próprios, sendo enfatizado também que os gêneros orais devem ser ensinados na escola em conformidade com sua a estrutura.

Desse modo, a importância de se investigar, detalhar e aprofundar na teoria e na prática da oralidade, refletindo sobre ela não só como um viés de ensino e propagação de conhecimento, mas também através da perspectiva que a linguagem oral permite e está no cerne de parte considerável das interações sociais. Sendo assim, uma vertente de profunda relevância para discussão no âmbito acadêmico e no social.

Por conseguinte, avaliar o olhar que a BNCC possui sobre a oralidade entra nesse lugar de entender como esse documento desenvolvido pelo Ministério da Educação - o qual não é estático, passa por atualizações – coloca a oralidade, estimula o seu desenvolvimento e maior estudo pelos profissionais, valoriza a importância que ocupa nas práticas sociais, se interconecta de maneira eficiente e tangível com os outros eixos de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.

CHAER, Mirella Ribeiro.; GUIMARÃES, Edite Da Glória Amorim. **A importância da oralidade: educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental**. Pergaminho, (3):71-88, nov. 2012.

CORDEIRO, Lidianie Raimundo; LIMA, Gustavo. **O Oral Como Objeto De Ensino Na Base Nacional Comum Curricular**. Revista Dos Estudantes de Pós-Graduação Do Instituto De Letras Da Universidade Federal Da Bahia. n. 28, Salvador, ago. 2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OSIAS, Juliene Paiva de Araújo. **Os gêneros orais como objeto de ensino**. Revista Eletrônica Temática, Ano VI, n. 08 – Agosto/2010.

SCHNEUWLY, Bernard.; DOLZ, Joaquim. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.